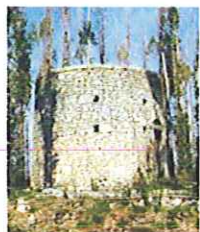




**BATALHA**  
MUNICÍPIO



# PRESTAÇÃO DE CONTAS

**2014**



## INDICE

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>4</b>
<b>ENQUADRAMENTO MACRO-ECONÓMICO.....</b>	<b>9</b>
<b>PARTE I - ORGANIZAÇÃO MUNICIPAL.....</b>	<b>11</b>
1. Composição dos Órgãos e Organização dos Serviços.....	11
1.1. Composição da Câmara Municipal.....	11
1.2. Composição da Assembleia Municipal.....	12
1.3. Organização dos Serviços.....	13
<b>PARTE II - RECURSOS HUMANOS.....</b>	<b>15</b>
1. ESTRUTURA DE RECURSOS HUMANOS.....	15
1.1. Controlo do Mapa de Pessoal.....	15
1.2. Custos com Pessoal e afetação do Limite Legal.....	16
1.3. Absentismo / Assiduidade.....	17
1.4. Formação Profissional.....	18
<b>PARTE III - SITUAÇÃO ECONÓMICA, FINANCEIRA E ORÇAMENTAL.....</b>	<b>18</b>
1. ANÁLISE ORÇAMENTAL.....	18
1.1. Execução Orçamental da Receita.....	18
1.2. Execução Orçamental da Despesa.....	20
1.3. Execução Orçamental das Grandes Opções do Plano.....	22
1.4. Indicadores de Gestão orçamental.....	23
2. ANÁLISE PATRIMONIAL: BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS.....	24
2.1. Análise ao Balanço.....	24
2.2. Estrutura da Dívida (curto, médio e longo prazo).....	29
2.3. Afetação dos Limites Legais ao Endividamento (Breve Evolução).....	31
2.4. Análise à Demonstração de Resultados:.....	33
2.5. Indicadores de estrutura e de gestão patrimonial.....	37
2.6. Anotação de factos relevantes:.....	39
2.7. Proposta de Aplicações de Resultados:.....	40
2.8. Considerações Finais:.....	40
 <b>ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS</b>	
 <b>ANEXO AO BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS</b>	
 <b>BALANÇO SOCIAL</b>	
 <b>CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS</b>	

(Página propositadamente deixada em branco)

## INTRODUÇÃO

A política de execução orçamental do município esteve, pelo quinto ano consecutivo, consideravelmente condicionada pelas exigências de consolidação das contas públicas, em obediência ao Memorando de Políticas Económicas e Financeiras e o Memorando de Entendimento Técnico, assinados pelo Governo em 17.05.2011 com o BCE, FMI e CE (Programa de Assistência Económica e Financeira - PAEF), e em particular no que diz respeito:

- ✓ À necessidade de aplicação dos aumentos de receita do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), na amortização extraordinária dos empréstimos a médio e longo prazo. Isto porque a LOE/2014, previa que o aumento do IMI; resultante do processo de avaliação geral dos prédios urbanos constante do Decreto-Lei n.º 287/2003, de 12 de novembro, fosse obrigatoriamente utilizado na redução do endividamento de médio e longo prazo do município;
- ✓ À condicionante da LOE/2014, que manteve a exigência da redução do endividamento, incluindo os pagamentos em atraso com mais de 90 dias;
- ✓ À contenção da política salarial, aplicando-se as reduções remuneratórias exigidas na LOE/2014, de acordo com a aplicação de uma taxa progressiva que variou entre os 2,5% e os 12%, sobre o valor total das remunerações;
- ✓ À aplicação das reduções remuneratórias aos contratos de aquisição de serviços, que em 2014, vieram a renovar-se ou a celebrar-se com idêntico objeto e, ou contraparte de contrato vigente em 2013;
- ✓ À redução do número de trabalhadores em, pelo menos, 2% do seu efetivo total.

O esforço de ajustamento que a economia portuguesa tem vindo a realizar, teve reflexos nas finanças da administração local que continuam a depender das transferências do orçamento do estado e das comparticipações dos fundos comunitários. Num contexto de contenção e de fim de ciclo do quadro comunitário de apoio (QREN), o orçamento global do município é inevitavelmente mais reduzido, com menor volume de financiamento dos fundos comunitários pela via das transferências de capital.

As Contas Públicas do Município tiveram um impacto significativo decorrente do novo Regime Jurídico da Reorganização Administrativa Territorial Autárquica, da nova Lei das Finanças Locais (Regime Financeiro das Autarquias Locais e das entidades intermunicipais) e do Regime Jurídico das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais. Iniciativas legislativas que provocaram uma profunda reforma da Administração Local e a mudança de paradigma na gestão dos recursos públicos.



Apesar do impacto da nova disciplina orçamental e das novas regras de equilíbrio orçamental, assim como do novo cálculo da determinação de endividamento, o Município da Batalha manteve-se estruturalmente equilibrado, goza de boa “saúde” financeira e revela um nível de execução orçamental nunca antes ultrapassado.

➤ **Ação Focalizada na Captação de Fundos Comunitários:**

A ação do Executivo Municipal tem estado particularmente focalizada na preparação de projetos que vão ser enquadrados no Quadro Estratégico Comum 2014-2020. O novo modelo de programação e distribuição dos apoios comunitários, no qual é reforçado o papel das regiões na definição de estratégias que sustentem o alcance das metas da EE2020 e que maximizem o impacto da política regional, consagra a figura dos **Contratos de Parceria**, que irão incluir os compromissos assumidos regionalmente e que, alinhados com a política comunitária e com os programas nacionais de reforma, irão estabelecer uma “*abordagem integrada para o desenvolvimento territorial sustentada pelos fundos do Quadro Estratégico Comum*”.

Grande parte da estratégia concelhia para a implementação dos projetos previstos neste instrumento de planeamento, estará necessariamente escudada nos **Contratos de Parceria** a implementar com outros parceiros locais, autarquias e Comunidade Intermunicipal (CIM RL), no âmbito das **Abordagens Integradas de Base Territorial (AIBT)**, os quais devem enquadrar-se num quadro de referência que se materialize nos seguintes objetivos para o Concelho da Batalha:

- ✓ *Aumentar a produção de sinergias positivas e a escala de referência territorial dos investimentos de iniciativa municipal, robustecendo o nível supramunicipal;*
- ✓ *Promover a integração harmoniosa de investimentos em infraestruturas e equipamentos públicos com os relativos ao crescimento económico e ao desenvolvimento social;*
- ✓ *Valorizar e garantir a produção de resultados, efeitos e impactos na modernização e diversificação da base económica, na criação de emprego e na melhoria das condições de vida dos cidadãos.*

➤ **Abordagem aos Fundos Comunitários, extravasa o horizonte nacional:**

O objetivo constante do melhor aproveitamento das oportunidades de financiamento comunitário, materializar-se-á na redução das necessidades da contrapartida pública autárquica, garantia futura do equilíbrio das contas municipais. Este desígnio, tem sido uma preocupação fundamental do Executivo, levando-o a definir e operacionalizar um Plano estratégico de abordagem ao novo modelo dos fundos comunitários.

Estratégia essa que extravasa a tradicional abordagem aos programas operacionais regionais e nacionais (PORTUGAL 2020 e CENTRO 2020), para se focalizar no Programa Horizonte 2020, dirigido diretamente por Bruxelas, no qual se privilegia a constituição de redes de parceiros europeus, catalisadoras de ações de intercâmbio para fomento de projetos nos domínios da inovação, da investigação, do ensino e da promoção da cultura e do património.

Com enquadramento no Horizonte 2020, o Município da Batalha apresentou candidatura ao Programa Rede de Cidades Europeias - "Network of Towns", aguardando-se por uma decisão favorável, e está a preparar mais duas candidaturas a integrar no Programa URBACT (*smart cities*) na qualidade de líder de consórcio, e ao Reflective Horizon 2020 em parceria com o Instituto Politécnico de Leiria (IPL).

A União Europeia, na proposta de implementação do Quadro Estratégico Comum 2014-2020, reitera que as atuais mudanças e desafios terão um impacto distinto em cada estado membro e região. Estas diferenças decorrem do potencial específico de desenvolvimento e dos recursos disponíveis em termos de capital humano, físico e ambiental, conhecimento, instituições e redes em que se insere e que condicionam a maior ou menor capacidade de cada região para alcançar as metas 2020.

Com efeito, esta mudança de paradigma na abordagem dos fundos europeus tem vindo a marcar uma nova etapa na programação dos investimentos públicos de base local a promover pelo Município. As opções estratégicas assimilam a natureza supramunicipal de alguns investimentos e a lógica de rede para a **captação de operações de regeneração urbana, valorização e qualificação do ambiente, eficiência energética, qualificação do património, formação profissional, competitividade e internacionalização do tecido económico concelhio**, norteados pelos seguintes objetivos estratégicos:

- ✓ Aumentar a competitividade das pequenas e médias empresas;
- ✓ Promover a investigação, o desenvolvimento tecnológico e a inovação;
- ✓ Concretizar e apoiar projetos que visam a mudança para uma economia de baixo carbono;
- ✓ Proteger o ambiente e promover a eficiência de recursos;
- ✓ Promover uma maior adaptação às mudanças climáticas e prevenir riscos naturais;
- ✓ Promover o emprego e apoiar a mobilidade no trabalho;
- ✓ Promover a inclusão social e o combate à pobreza;
- ✓ Investir na educação, na formação e na aprendizagem ao longo da vida;
- ✓ Capacitar as instituições e promover a eficiência na administração pública.



➤ **Boa performance do Município na execução dos fundos comunitários, possibilita aprovação de novos projetos estruturantes para a regeneração urbana da Vila:**

De acordo com dados da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDRC), o Município da Batalha liderava, a 31 de janeiro do corrente ano, a taxa de execução do Programa comunitário Mais Centro, no cômputo dos municípios que integram a Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria.

Com uma percentagem de execução de 95,6%, sendo a média total 86,1%, o Município da Batalha tinha concretizado até 31 de Janeiro, €7.695.883,47 (Valor FEDER Comunitário Aprovado) e €7.356.907,38 (Valor FEDER Comunitário Validado). Registe-se que no cômputo geral, a Batalha ocupa a 27ª posição no ranking regional de execução dos fundos comunitários, num total de 100 municípios.

A elevada percentagem de execução do Programa Mais Centro pela Autarquia da Batalha, a par da **Constituição de uma Área de Reabilitação Urbana (ARU) na Vila da Batalha**, foram fatores determinantes para a possibilidade de enquadramento e aprovação de 3 projetos pelo MAIS CENTRO (no âmbito de avisos condicionados em regime de overbooking), designadamente:

- “Eixo circular ao Rio Lena e Parque de Autocarros de apoio ao Centro Histórico e Turístico da Vila da Batalha”, com incentivo aprovado de 429.125,50 € para um investimento de 537.579,00 €;
- “Valorização Ambiental da Margem Nascente do Rio Lena - Parque Ecológico e Parque de Estacionamento Periférico de Apoio Intermodal ao Centro Histórico e Turístico da Vila da Batalha”, com incentivo aprovado de 706.122,34 € para um investimento de 834.475,19€;
- “Valorização do espaço urbano nas imediações do Centro Histórico e do Mosteiro Santa Maria da Vitória, com incentivo aprovado de 314.899,52 € para um investimento de 370.470,02€.

➤ **Constituição da Área de Reabilitação Urbana (ARU) na Vila da Batalha, :**

O processo de qualificação do espaço público da Vila da Batalha constituiu uma prioridade de intervenção da Câmara Municipal. A política de reabilitação ganhou uma nova dimensão com a aprovação da Área de Reabilitação Urbana da Vila da Batalha (ARU) em Assembleia Municipal de 28/02/2014, cujo aviso está publicado em D.R. nº 60, 2ª S., de 26 de março de 2014, mediante parecer do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU), de 20/02/2014. Plano estratégico que se articula com as restantes políticas municipais, nomeadamente nos domínios do urbanismo, habitação, ação social, mobilidade urbana, valorização e qualificação ambiental do espaço público, cultura, ambiente urbano, património edificado, economia local e finanças, plasmadas todas elas no PDM em processo de revisão.

Este instrumento de planeamento (ARU) veio permitir a elegibilidade das candidaturas acima referenciadas, nos termos e para os efeitos do artigo 3º do Regulamento FEDER e do Fundo de Coesão, publicitado pelo IFDR, para a Política de Reabilitação Urbana. Só assim foi possível concretizar e cofinanciar através de fundos comunitários, um conjunto de operações integradas de “QUALIFICAÇÃO DO AMBIENTE URBANO E DO ESPAÇO PÚBLICO”, nas imediações do Mosteiro Sta. Maria da Vitória e do centro histórico.

➤ **Aproximar o Cidadão da Administração: “Acolhimento do Espaço do Cidadão e integração do Serviço Local da Segurança Social nas Instalações do Município”:**

O Município da Batalha celebrou com o Governo, através da Secretaria de Estado para a Modernização Administrativa, um contrato de adesão à Rede Nacional de Espaços do Cidadão, que permite a disponibilização de vários serviços públicos, através da implementação de um balcão multiserviços. Os cidadãos têm a possibilidade de no espaço em causa de revalidarem a carta da condução, procederem à mudança de morada, efetuaram pedidos de segundas vias, registar contratos de trabalhadores estrangeiros ou procederem à apresentação de queixas e denúncias sobre as condições do trabalho. Inaugurado à cerca de 4 meses, o Espaço do Cidadão da Batalha disponibiliza, de entre outros serviços acima elencados, pedidos de certidões de Registo Civil, Predial e Comercial, bem como alterações da morada do Cartão do Cidadão. Este serviço já atendeu mais de 450 utentes, o que se traduz numa média de 12 atendimentos diários.

A implementação deste serviço, a par do acolhimento do serviço local da segurança social no edifício dos Paços do Concelho, constituem iniciativas que garantiram uma maior proximidade do cidadão da administração, reforçaram a intervenção do poder local junto dos munícipes, contribuindo assim para uma resposta mais rápida às necessidades da população.

➤ **Preocupações sociais estão na génese da aprovação do Fundo de Emergência Social:**

A Câmara Municipal da Batalha aprovou a criação de um **Fundo de Emergência Social** destinado a apoiar as famílias em situação de grave carência económica, em complemento de outras medidas já existentes na Autarquia. A iniciativa prevê a cooperação em parceria com os programas das entidades competentes da Administração Central e Instituições Particulares de Solidariedade Social, consolidando uma estratégia de desenvolvimento social que se pretende para o Concelho da Batalha, de modo a minorar carências específicas de alguns estratos populacionais, mediante a concretização de medidas complementares às existentes nos domínios da ação social, saúde, habitação e educação, possibilitando a progressiva inserção social dos mais desfavorecidos.



Esta é uma medida inovadora que promove a inclusão de cidadãos que se encontrem em situação de especial vulnerabilidade, proporcionando-lhes ou facilitando-lhes o acesso aos recursos, bens e serviços, de modo a incrementar a melhoria da qualidade de vida e contribuir para a igualdade de oportunidades e para a coesão social.

Estas e muitas outras iniciativas marcaram a atuação do Executivo, fortemente empenhado na promoção do desenvolvimento do concelho, ainda que o contexto nacional e internacional não tenha sido favorável e permissivo ao investimento, a avaliar pelos principais indicadores macroeconómicos a seguir mencionados.

### **ENQUADRAMENTO MACRO-ECONÓMICO**

O crescimento da economia mundial em 2014 manteve a tendência de abrandamento dos últimos anos, fixando-se nos 3,3%. Segundo o FMI, as projeções apontam ainda para que o PIB no conjunto das economias desenvolvidas tenha crescido 1,8% em 2014, apesar do incipiente crescimento do Japão (0,1%). A zona Euro registou um ligeiro crescimento do PIB da ordem dos 0,8% em 2014. Como um todo, o FMI estima que a economia mundial cresça 3,5% em 2015 e volte a crescer 3,7% em 2016. O crescimento mundial previsto poderá ser alavancado pela redução dos preços do petróleo, mas será certamente atenuado pela reduzida propensão ao investimento resultante das fracas expectativas quanto ao crescimento a médio prazo em muitas das economias emergentes e desenvolvidas.

As sucessivas previsões incorporam a materialização de vários riscos, com destaque para o abrandamento das economias emergentes (caso de China, Brasil e Rússia) e para a acentuação das tensões geopolíticas. Nas economias mais avançadas, a recuperação assenta na consolidação dos Estados Unidos, no forte desempenho do Reino Unido e na ténue retoma da zona Euro. Na economia portuguesa, a trajetória de recuperação foi gradual e iniciou-se em 2013. A perspetiva é a de que o produto interno bruto registe um crescimento da ordem dos 0,9% em 2014 e de 1,5% para 2015, o que se traduz numa expectativa de evolução ligeiramente mais favorável que a do conjunto da zona Euro.

A dinâmica da economia portuguesa deverá continuar a ser assegurada pelo comportamento das exportações e pela recuperação da procura interna que, a concretizarem-se, permitirão manter os excedentes da balança corrente e de capital. Muito embora tenha vindo a ser efetuada uma afetação de recursos aos sectores transacionáveis e produtivos, a redução da alavancagem dos sectores público e privado, a evolução demográfica no país aliada aos movimentos de emigração de mão-de-obra qualificada, os limitados níveis de produtividade por trabalhador e o reduzido dinamismo dos principais parceiros comerciais na Europa (e.g. França) e nos PALOP (e.g. Angola) continuarão a condicionar o crescimento da economia portuguesa no futuro.

Nas economias avançadas assiste-se à redução da inflação (na zona Euro para valores próximos de zero), um arrefecimento do mercado europeu e uma recuperação económica abaixo do esperado em países como a França, a Itália e a Alemanha.

Estes desenvolvimentos foram contrabalançados, em parte, pela acentuação da política monetária expansionista na área do Euro, pela evolução favorável dos mercados de dívida soberana e, recentemente, pela redução do preço do petróleo e da cotação do euro em dólares. No entanto, esta evolução tem obrigado as empresas portuguesas a reverter o peso dos países não europeus nos seus mercados exportadores.

Para 2015, são preocupantes as expectativas de desaceleração económica em Angola e a imposição de quotas à importação de produtos básicos como estratégia de mitigação do impacto cambial decorrente dos menores volumes de exportação e de protecionismo à produção local.

No contexto Local, destaca-se a reduzida taxa de desemprego que em 31 de dezembro de 2014 se situava abaixo dos 6 %, com 574 inscritos no Centro de Emprego. Registou-se ainda um saldo bastante positivo entre o número de sociedades que vieram a ser constituídas e aquelas que encerraram a sua atividade. Foram constituídas 51 novas sociedades, das quais 11 ligadas aos setores produtivos da indústria de transformação e energia, e 40 do setor dos serviços. Assistiu-se à morte de 26 empresas, sendo mais representativo o setor dos serviços com 15 sociedades dissolvidas.

O Concelho da Batalha continua a revelar indicadores sociais que traduzem um nível de qualidade de vida acima da média nacional e regional, dos quais destacamos:

- A percentagem de beneficiários do RMG e RSI é de 0,7%, significativamente abaixo das médias a nível nacional (4 %) e do Pinhal Litoral (2,3%);
- A percentagem de contribuintes ativos para o sistema da segurança social situa-se acima dos 52%, indicador significativamente superior à média nacional (46,4%) e do Pinhal Litoral (48,6%);
- A percentagem de pensionistas da população residente é de 3,1%, menos de metade do referencial nacional (6,9%) e bastante abaixo da média do Pinhal Litoral (4,3%).

É num contexto de crescimento da economia local e nacional e de finanças municipais globalmente equilibradas, que apresentamos a atividade desenvolvida pelo MUNICÍPIO DA BATALHA para o exercício de 2014.

## PARTE I - ORGANIZAÇÃO MUNICIPAL

### 1. Composição dos Órgãos e Organização dos Serviços

#### 1.1. Composição da Câmara Municipal

Constituída por 7 membros (1 Presidente e 6 Vereadores) e, de acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 75 da Lei 169/99 de 18 de Setembro com a redação dada pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro, o mandato dos órgãos das Autarquias Locais têm a duração de quatro anos.

*Executivo (início de funções a 14/10/2013):*



**Presidente:** Paulo Jorge Frazão Batista dos Santos

**Pelouros:** Administração Geral; Desenvolvimento Económico e Emprego; Planeamento Urbanístico; Revisão do PDM; Obras Municipais; Freguesias; Assuntos Jurídicos; Proteção Civil; Defesa do Consumidor; Comunicação e Cooperação Externa.



**Vice-Presidente:** Carlos Alberto de Oliveira Henriques

**Pelouros:** Educação e Ação Social Escolar; Ambiente e Energia; Desporto e Coletividades; Obras Particulares e Loteamentos; Toponímia, Sinalética e Trânsito; Cemitérios, Mercados e Venda Ambulante; Logística e Equipamentos.



**Vereador em Regime de Permanência:** Carlos Agostinho Costa Monteiro

**Pelouros:** Gestão Financeira e Administrativa; Recursos Humanos e Qualificação da Administração; Setor Empresarial Local; Candidaturas a Fundos Estruturais; Modernização Administrativa e Património.





**Vereador em Regime de Permanência:** Cíntia Manuela da Silva  
**Pelouros:** Ação Social; Solidariedade (Instituições Particulares de Solidariedade Social); Cultura; Turismo e Saúde.



**Vereador :** Carlos Emanuel Oliveira Repolho  
**Pelouros:** Desenvolvimento Rural; Ordenamento Florestal



**Vereador :** Nuno Ricardo Silva Barraca  
**Pelouros:** Pedreiras Históricas; Termalismo.



**Vereador :** André da Costa Loureiro  
**Pelouros:** Juventude; Promoção do Associativismo.

## **1.2. Composição da Assembleia Municipal**

### ***Deputados Municipais (início de funções a 14/10/2013):***

António José Martins de Sousa Lucas (Presidente)

Ana Cristina Duarte Caleira Barraca (1º secretário)

Silvestre Pereira Carvalhana (2º secretário)

António Carlos Costa Jordão

António Joaquim Soares Zeferino

Carina Filipa Sousa Tomás

Carlos Soares de Sousa



Cristovão Mira Ribeiro  
Elisabete de Jesus Moita  
Graça Maria Henriques Pereira  
Herculano Carvalho dos Reis  
Joaquim Pinheiro Tojeiro  
José Joaquim Filipe Valentim  
José Tiago Pereira Couto Duarte  
Leonor Ferreira Faustino  
Luís Miguel Ribeiro Ferraz  
Marina Valente Vieira  
Nuno Miguel Costa Monteiro  
Raquel Maria Cunha Ferreira  
Rogério Paulo Batista da Silva  
Rui Manuel Henriques de Oliveira Rodrigues  
Germano Santos Pragosa (Presidente Freguesia Batalha)  
Carlos Alberto Monteiro dos Santos (Presidente Freguesia Golpileira)  
Horácio Manuel Gonçalves Sousa (Presidente Freguesia Reguengo Fétal)  
Marco Alexandre Ribeiro Vieira (Presidente Freguesia S. Mamede)

### 1.3. Organização dos Serviços

Com a introdução da Lei nº 49/2012 que entrou em vigor no dia 30 de Agosto desse mesmo ano, o Município da Batalha procedeu à adaptação da sua estrutura orgânica à nova realidade legislativa, **que teve como principal objetivo a limitação do número de dirigentes da administração local em função da população residente.** Desta alteração resultou a/o:

- ✓ **Supressão do cargo de diretor** de departamento e consequentemente do departamento de administração geral;
- ✓ **Provimento de um máximo de 3 chefias de divisão municipal (anteriormente 4),** às quais corresponde igual número de unidades flexíveis.

Pela Assembleia Municipal foi fixada a seguinte estrutura:



### Número Máximo de Estruturas Flexíveis (3):

A dotação máxima de Unidades Orgânicas Flexíveis é fixada em 3, correspondente à seguinte estrutura:

- Divisão de Ordenamento do Território e Obras Municipais (DOTOM);
- Divisão de Manutenção e Exploração (DME);
- Divisão de Administração Geral (DAG).

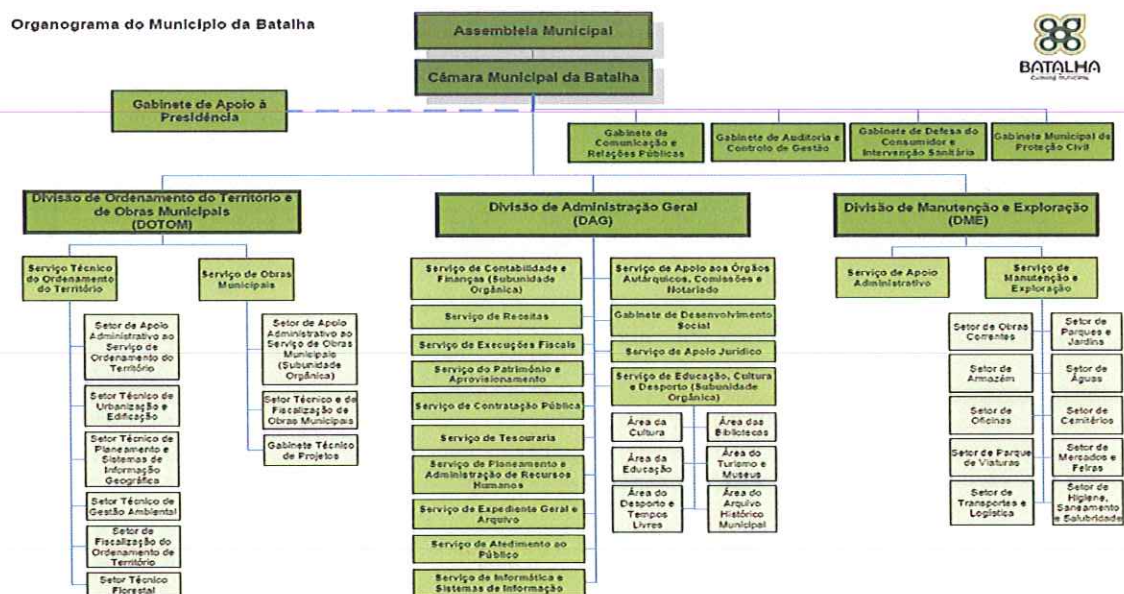


### Número Máximo de Subunidades Orgânicas (5):

A dotação máxima de Subunidades Orgânicas é fixada em 3, correspondente à seguinte estrutura:

- Subunidade Orgânica de apoio aos Serviços de Educação, Cultura e Desporto;
- Subunidade Orgânica de apoio aos Serviços de Contabilidade;
- Subunidade Orgânica de apoio aos Serviços de Obras Municipais.

Da qual resultou o seguinte organograma dos serviços:



Modelo Estrutural Hierárquico – Conforme Dec. Lei 305/2009, de 23 de Outubro

## PARTE II - RECURSOS HUMANOS

### 1. ESTRUTURA DE RECURSOS HUMANOS

#### 1.1. Controlo do Mapa de Pessoal

Em 31 de dezembro, a estrutura de recursos humanos era composta por 80 colaboradores. Com exceção de 7 docentes das Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC's), cuja relação de vínculo é a título resolutivo por tempo determinado, os restantes colaboradores estão integrados por tempo indeterminado através do regime de contrato em funções públicas.

O efetivo total da autarquia, distribuído por classes profissionais, está expresso no quadro seguinte:

*Q.1. Efetivo Total distribuído por Relação de Vínculo*

Classes	Relação de Vínculo				Total
	CT Tmp Indet.	Comissão Serviço	CT Termo	Outra	Total
Dirigentes		3			3
Técnicos Superiores	12		7		19
Assistentes Técnicos	28				28
Assistentes Operacionais	29				29
Informática	1				1
Outros	-				-
<b>TOTAL</b>	<b>70</b>	<b>3</b>	<b>7</b>	<b>-</b>	<b>80</b>
<b>Prestadores de Serviços</b>		<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

Verificaram-se 7 admissões que dizem respeito aos docentes das AEC's, devido à necessidade de assegurar a competência delegada pelo Ministério da Educação no apoio às atividades de enriquecimento curricular nas escolas primárias do Concelho da Batalha.

*Q.2. Admissões de Colaboradores*

Classes	Procº Concursal	Comissão Serviço	Outras Situações	TOTAL
Dirigentes		0		0
Técnicos Superiores	7			7
Assistentes Técnicos	0			0
Assistentes Operacionais				0
Informática				0
Outros				0
<b>TOTAL</b>	<b>7</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>7</b>



Em contrapartida, registaram-se 11 saídas, das quais destacamos a caducidade de 7 contratos a termo (técnicos superiores das Atividades de Enriquecimento Curricular); 1 assistente técnico por cedência de interesse público entre serviços (serviço recetor Iserbatalha, E.M.); 2 assistentes operacionais por falecimento e 1 assistente operacional por aposentação, todos eles com vínculo à função pública, por tempo indeterminado.

### Q.3. Saídas de Colaboradores

Classes	Caducidade CT Termo	Revogação (Mútuo Acordo)	Outras Situações	TOTAL
Dirigentes				0
Técnicos Superiores	7			7
Assistentes Técnicos			1	1
Assistentes Operacionais			3	3
Informática				0
Outros				0
<b>TOTAL</b>	<b>7</b>	<b>0</b>	<b>4</b>	<b>11</b>

### 1.2. Custos com Pessoal e afetação do Limite Legal

As despesas orçamentais com pessoal ascenderam a 1,839 milhões de euros, apenas se verificou um pequeno decréscimo de 698,00€ face ao ano anterior. As despesas com pessoal em 2014 não sofreram alterações, verificando-se um decréscimo do número de colaboradores face a 2013 e consequentemente nos montantes da rubrica remuneração do pessoal dos quadros. Em contrapartida houve um aumento da rubrica remuneração membros dos Órgãos Autárquicos e remuneração do pessoal em qualquer outra situação em consequência da transição de 2 colaboradores para as referidas tipologia. De salientar que na rubrica *pessoal em qualquer outra situação*, estão incluídos os colaboradores abrangidos pelos estágios dos IEPF (Estágio Emprego e Passaporte Emprego), assim como os colaboradores ao abrigo dos contratos de emprego de inserção.

### Q.4. Limite Legal \_ Custos com Pessoal

Ano referência	2013	2014
Nº Efetivos (Trabalhadores)	84	80
Custo Médio por Efetivo	21.906	22.993
<i>Limite Legal de Afetação Receita Corrente</i>	23,5%	21,4%
(*) Segundo D.L. 116/84 e 44/85, o limite legal de afetação dos custos com pessoal sobre receitas correntes do ano anterior ao respetivo exercício é de 60%.		
% Afetação do Limite Legal (D.L.116/84 e 44/85)	39,2%	35,7%



Não obstante o aumento do custo médio por efetivo, manteve-se no limite legal imposto pelos D.L. nº 116/84 e 44/85. O limite só foi parcialmente utilizado em 35,7%, registando-se uma situação de igual nível de afetação em relação a período homólogo do ano anterior.

O indicador que traduz o peso relativo dos custos com pessoal face à receita corrente, revela uma das mais baixas taxas a nível nacional (de apenas 21,4%).

#### Q.5. Custos com Pessoal

Descritivo	2013	2014	Peso %	Var. '13-14
<b>Remunerações Certas e Permanentes</b>	<b>1.296.149</b>	<b>1.275.793</b>	<b>69,4%</b>	<b>-1,6%</b>
Membros dos Órgãos Autárquicos	100.198	118.993	6,5%	18,8%
Pessoal do Quadro	860.222	780.858	42,5%	-9,2%
Pessoal em qualquer outra situação	78.076	134.273	7,3%	72,0%
Pessoal em Regime de tarefa ou avença	4.800	987	0,1%	-79,4%
Pessoal c/ contrato a Termo Certo	43.101	32.494	1,8%	-24,6%
Rem. Doença e maternidade/paternidade	27.701	34.255	1,9%	23,7%
Subsídio de Férias e de Natal	182.051	173.932	9,5%	-4,5%
<b>Outras Despesas c/ Pessoal</b>	<b>185.060</b>	<b>191.276</b>	<b>10,4%</b>	<b>3,4%</b>
Deslocações e Ajudas de Custo	17.518	17.204	0,9%	-1,8%
Trabalho Extraordinário	9.417	11.945	0,6%	26,8%
Subsídio de Refeição	106.355	108.155	5,9%	0,0%
Abonos para falhas	1.258	1.307	0,1%	3,9%
Abonos e Senhas Presença	19.583	16.883	0,9%	-13,8%
Representação	30.929	35.782	1,9%	15,7%
Suplementos e Prémios	0	0	0,0%	100,0%
<b>Segurança Social</b>	<b>358.933</b>	<b>372.375</b>	<b>20,2%</b>	<b>3,7%</b>
Pensões	3.485	1.247	0,1%	-64,2%
Encargos com a Saúde	74.157	48.636	2,6%	-34,4%
Subsídio familiar a crianças e jovens	7.246	11.253	0,6%	55,3%
Contribuições Segurança Social - Regime Geral	22.277	37.630	2,0%	68,9%
Contribuições Segurança Social Func. Públicos	240.765	262.187	14,3%	8,9%
Acidentes em serviço e doenças profissionais	0	0	0,0%	
Seguros de Pessoal	11.003	11.422	0,6%	3,8%
<b>TOTAL</b>	<b>1.840.142</b>	<b>1.839.444</b>	<b>100%</b>	<b>0,0%</b>

#### 1.3. Absentismo / Assiduidade

O absentismo, traduzido no número de dias de ausência por faltas atingiu os 1.482 dias, uma diminuição de 705 dias em relação ao ano 2013.

#### Q.6. Absentismo

Classes	Dias de Absentismo (faltas)							Total
	Casamento	Falecimento Familiar	Doença	Por Acidentes Trabalho	Assistência Família	Trabalhador Estudante	Outras	F/ Dias
Dirigentes								0
Técnicos Superiores		2	6				14	22
Assistentes Técnicos		5		179	15	71	150	420
Assistentes Operacionais		1	977	53			9	1040
Informática								0
Outros								0
<b>TOTAL</b>	<b>0</b>	<b>8</b>	<b>983</b>	<b>232</b>	<b>15</b>	<b>71</b>	<b>173</b>	<b>1482</b>

#### 1.4. Formação Profissional

No ano em análise, foram ministradas 456 horas de formação, assim distribuídas por grupos profissionais:

- Dirigentes (8 h);
- Técnicos Superiores (232 h);
- Assistentes Técnicos: (216 h);
- Assistentes Operacionais (0 h);

### PARTE III - SITUAÇÃO ECONÓMICA, FINANCEIRA E ORÇAMENTAL

#### 1. ANÁLISE ORÇAMENTAL

##### 1.1. Execução Orçamental da Receita

No exercício de 2014 verificou-se uma ligeira diminuição global das receitas cobradas em 0,84%, relativamente ao ano anterior. As receitas correntes registaram um acréscimo na ordem dos 760 mil euros, devido ao aumento das taxas do IMI, assim como as transferências correntes, por via da redistribuição do Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF). As transferências de capital diminuíram na ordem dos 1.237 mil euros, cuja tendência foi mormente influenciada pela redução das receitas provenientes dos projetos cofinanciados no âmbito do QREN, uma vez que estes se encontravam em fase de encerramento.

De salientar que se encontram em execução dois projetos que já têm contratos de financiamento comunitário assegurados, (candidaturas em overbooking) “Valorização Ambiental Margem Nascente do Rio Lena - Parque Ecológico e Parque de Estacionamento Periférico de Apoio Intermodal” e o “Eixo Circular Rio Lena e Parque de Autocarros de apoio Centro Histórico e Turístico da Vila da Batalha”, com um custo total de 1,3 milhões de euros, prevendo-se a obtenção de comparticipações comunitárias na ordem dos 1,1 milhões de euros.



As receitas liquidadas ascenderam aos 11,2 milhões de euros, significando uma taxa de execução orçamental acima dos 96%, denotando um acréscimo nominal de 3 pontos percentuais em relação ao ano passado. A adoção da Lei dos Compromissos foi determinante na concretização deste nível de eficiência orçamental, nunca atingido anteriormente.

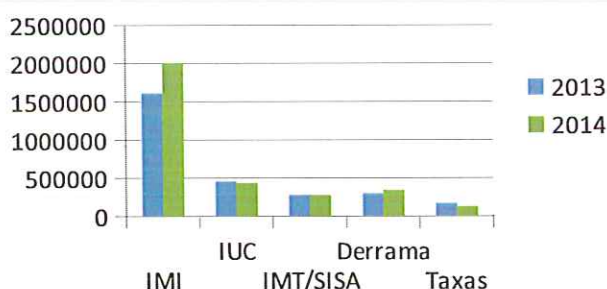
As receitas fiscais resultantes de impostos diretos, aumentaram globalmente 16,2%, cuja tendência ficou a dever-se ao crescimento do IMI (+25,1%), Derrama (+14,3%) e IMT/SISA +(0,9%). O IUC sofreu um ligeiro decréscimo (-4,4%).

#### Q.7. Execução da Receita (orçada, liquidada e cobrada)

	Exercício 2013					Exercício 2014				
	Orçada	Liquidada				Orçada	Liquidada			Tx.Exec.
	[1]	[2]	[3]	4 = [3-1]	5 = [3/1]	[1]	[2]	[3]	5 = [3-1]	6 = [3/1]
01 Impostos Diretos	2.647.180	2.642.017	2.631.958	-15.224	99,4%	2.534.191	3.070.514	3.059.436	525.245	120,7%
02 Impostos Indiretos	88.959	88.945	88.945	-14	100,0%	87.617	77.709	77.647	-9.970	88,6%
04 Taxas, Multas Ou s Penalidades	554.524	626.961	626.883	72.359	113,0%	625.576	609.131	600.108	-25.468	95,9%
05 Rendimentos de Propriedade	543.276	430.822	558.815	15.539	102,9%	567.778	559.319	558.089	-9.689	98,3%
06 Transferências Correntes	3.626.122	3.641.824	3.641.824	15.702	100,4%	3.912.790	3.962.864	3.962.864	50.074	101,3%
07 Venda Bens e Serviços Cor.	484.016	169.401	224.995	-259.021	46,5%	170.051	229.587	230.180	60.129	135,4%
08 Outras Receitas Correntes	4.697	19.842	28.550	23.853	607,8%	103.750	75.858	74.469	-29.281	71,8%
<b>Receitas Correntes</b>	<b>7.948.774</b>	<b>7.619.812</b>	<b>7.801.968</b>	<b>-146.806</b>	<b>98,2%</b>	<b>8.001.753</b>	<b>8.584.982</b>	<b>8.582.794</b>	<b>581.041</b>	<b>107,0%</b>
09 Venda de Bens de Investimento	0	0	0	0	0	434.000	124.033	124.033	-309.968	0,0%
10 Transferências de Capital	3.038.377	2.376.567	2.376.567	-661.810	78,2%	1.803.202	1.376.256	1.044.706	-758.496	57,9%
11 Ativos Financeiros	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,0%
12 Passivos Financeiros	68.000	0	0	-68.000	0	0	0	0	0	0,0%
13 Outras Receitas de Capital	46.080	104.407	104.407	58.327	226,6%	12.000	75.284	75.284	63.284	627,4%
<b>Receitas Capital</b>	<b>3.150.457</b>	<b>2.480.974</b>	<b>2.480.974</b>	<b>-669.483</b>	<b>78,7%</b>	<b>2.249.202</b>	<b>1.575.573</b>	<b>1.244.023</b>	<b>-1.005.179</b>	<b>55,3%</b>
15 Reposições Não Abat Pag.s	10.000	1.385	1.385	-8.615	13,9%	1.000	7.679	7.679	6.679	767,9%
Saldo da Gerência Anterior	614.132	614.132	614.132	0	0	992.011	992.011	992.011	0	0,0%
<b>Total</b>	<b>11.723.363</b>	<b>10.716.303</b>	<b>10.898.459</b>	<b>-824.904</b>	<b>93,0%</b>	<b>11.243.967</b>	<b>11.160.245</b>	<b>10.806.507</b>	<b>-437.460</b>	<b>96,1%</b>

O grau de execução dos impostos diretos situou-se nos 3.059.436 €, ou seja superou a previsão orçamental (120,70%). Mereceu principal destaque o crescimento do IMI em mais de 24%, fruto das políticas fiscais seguidas pela administração central, com reflexos no território local. Já o imposto automóvel registou uma ligeira diminuição em virtude da perda de algum poder de compra por parte da população.

#### Receita Fiscal (evol. 13-14)



### Q.8. Receita Fiscal e Taxas (orçada, liquidada e cobrada)

	Exercício 2013				Exercício 2014				Var. (%) RC '13-14
	Orçada	Cobrada líquida	Desvio (valor)	Tx. Exec.	Orçada	Cobrada líquida	Desvio (valor)	Tx. Exec.	
	[1]	[2]	3 = [2-1]	4 = [2/1]	[1]	[2]	3 = [2-1]	4 = [2/1]	
IMI / Contribuição Autárquica	1.410.255	1.604.646	194.391	113,8%	1.619.994	2.007.102	387.108	123,9%	25,1%
IUC / IMV	324.355	454.664	130.509	140,2%	415.367	434.635	19.268	104,6%	-4,4%
IMT / SISA	582.190	275.097	-307.093	47,3%	155.176	277.685	122.509	178,9%	0,9%
Derrama	330.360	297.349	-33.031	90,0%	343.654	340.015	-3.639	98,9%	14,3%
Impostos Abolidos	0	0	0	0,0%	0	0	0	0,0%	0,0%
Outros	0	0	0	0,0%	0	0	0	0,0%	0,0%
<b>Impostos Diretos</b>	<b>2.647.180</b>	<b>2.631.956</b>	<b>-15.224</b>	<b>99,4%</b>	<b>2.534.191</b>	<b>3.059.436</b>	<b>525.245</b>	<b>120,7%</b>	<b>16,2%</b>
Mercados e Feiras	38.863	36.003	-2.860	92,6%	36.625	37.917	1.292	103,5%	5,3%
Loteamentos e Obras Urbanização	38.701	42.716	4.015	110,4%	38.389	38.446	57	100,1%	-10,0%
Ocupação Via Pública	2.830	1.744	-1.086	61,6%	3.680	47	-3.633	1,3%	-97,3%
Publicidade	6.691	8.178	1.487	122,2%	7.819	755	-7.064	9,7%	-90,8%
Outros Imp. Indirectos	1.874	304	-1.570	16,2%	1.104	482	-622	43,6%	58,4%
<b>Impostos Indirectos</b>	<b>88.959</b>	<b>88.945</b>	<b>-14</b>	<b>100,0%</b>	<b>87.617</b>	<b>77.647</b>	<b>-9.970</b>	<b>88,6%</b>	<b>-12,7%</b>
Mercados e Feiras	1.344	1.823	479	135,6%	2.131	930	-1.201	43,6%	-49,0%
Loteamentos e Obras Urbanização	68.155	53.672	-14.483	78,7%	66.557	43.119	-23.438	64,6%	-19,7%
Ocupação Via Pública	1.126	253	-873	22,5%	904	420	-484	46,5%	66,0%
Caça, uso e porte de arma	135	189	54	140,0%	117	235	118	200,5%	24,1%
Licenciamento Industrial	44	0	-44	0,0%	0	0	0	0,0%	100,0%
Multas, Outras Penalidades e O Taxas	10.275	20.790	10.515	202,3%	21.640	5.999	-15.641	27,7%	-71,1%
<b>Taxas, Multas e Outras Penalidades</b>	<b>81.079</b>	<b>76.727</b>	<b>-4.352</b>	<b>94,6%</b>	<b>91.349</b>	<b>50.702</b>	<b>-40.647</b>	<b>55,5%</b>	<b>-33,9%</b>
<b>Total</b>	<b>2.817.218</b>	<b>2.797.628</b>	<b>-19.590</b>	<b>99,3%</b>	<b>2.713.157</b>	<b>3.187.785</b>	<b>474.628</b>	<b>117,5%</b>	<b>13,9%</b>

### 1.2. Execução Orçamental da Despesa

Como se pode aferir, o grau de execução do orçamento da despesa atingiu os 78,9%. As despesas totais (realizadas) sofreram uma redução superior aos 975 mil euros, devido, fundamentalmente, à diminuição do volume de investimento (-1,336 mil euros), bem como à redução dos encargos bancários (juros, comissões), em virtude da realização de uma amortização extraordinária de um dos empréstimos bancários no montante de 344.153€, por força da Lei do Orçamento do Estado.

### Q.9. Execução da Despesa

	Despesa Orçada (corrigida)	Despesa Comprometida	Despesa Paga	Desvio	Taxa Execução (%)	Comprometida e Não Paga
	[1]	[2]	[3]	4 = [3-1]	5 = [3/1]	6 = [2-3]
01 Pessoal	2.009.133	1.861.872	1.839.444	-169.689	91,6%	22.429
02 Aquisição de bens e Serviços	5.199.127	5.042.645	4.259.778	-939.349	81,9%	782.867
03 Juros e Outros encargos	23.680	21.384	21.384	-2.296	90,3%	0
04 Transferências Correntes	415.610	378.299	333.040	-82.570	80,1%	45.259
05 Subsídios	694.037	694.037	563.982	-130.055	81,3%	130.055
06 Outras Despesas Corrente	108.415	92.045	78.734	-29.681	72,6%	13.310
<b>Despesas Correntes</b>	<b>8.450.002</b>	<b>8.090.282</b>	<b>7.096.362</b>	<b>-1.353.641</b>	<b>84,0%</b>	<b>993.920</b>
07 Aquisição de Bens de Capital	1.950.283	1.841.326	1.137.077	-813.206	58,3%	704.249
08 Transferência de Capital	340.533	288.182	147.230	-193.303	43,2%	140.952
09 Ativos Financeiros						
10 Passivos Financeiros	503.149	488.278	488.278	-14.871	97,0%	0
11 Outras Despesas Capital						
<b>Despesas Capital</b>	<b>2.793.965</b>	<b>2.617.785</b>	<b>1.772.585</b>	<b>-1.021.379</b>	<b>63,4%</b>	<b>845.200</b>
<b>Total</b>	<b>11.243.967</b>	<b>10.708.067</b>	<b>8.868.947</b>	<b>-2.375.020</b>	<b>78,9%</b>	<b>1.839.121</b>



Os investimentos realizados determinaram a assunção de despesa de capital no expressivo montante de 1,8 milhões de euros, consequência da assunção do compromisso dos contratos referentes aos dois projetos: “Valorização Ambiental Margem Nascente do Rio Lena - Parque Ecológico e Parque de Estacionamento Periférico de Apoio Intermodal” e o “Eixo Circular Rio Lena e Parque de Autocarros de apoio Centro Histórico e Turístico da Vila da Batalha”. O peso relativo da despesa corrente sobre a despesa total orçamental decaiu em 8,9%, devido ao decréscimo das transferências dos fundos estruturais do QREN.

#### Q.10. Comparativo da Despesa (2014 – 13)

	2013			2014			Var. % DR 2013- 2014
	Paga	Realizada	Peso (%) DR/DT	Paga	Realizada	Peso (%) DR/DT	
01 Pessoal	1.840.141	1.840.141	18,0%	1.839.444	1.861.460	20,2%	1,2%
02 Aquisição de bens e Serviços	4.210.536	4.364.449	42,7%	4.259.778	4.483.932	48,5%	2,7%
03 Juros e Outros encargos	24.070	24.070	0,2%	21.384	21.384	0,2%	-11,2%
04 Transferências Correntes	421.938	442.657	4,3%	333.040	347.874	3,8%	-21,4%
05 Subsídios	494.348	494.348	4,8%	563.982	563.982	6,1%	14,1%
06 Outras Despesas Corrente	63.439	65.032	0,6%	78.734	81.336	0,9%	25,1%
<b>Despesas Correntes</b>	<b>7.054.472</b>	<b>7.230.697</b>	<b>70,8%</b>	<b>7.096.362</b>	<b>7.359.968</b>	<b>79,7%</b>	<b>1,8%</b>
07 Aquisição de Bens de Capital	2.401.935	2.518.655	24,7%	1.137.077	1.182.364	12,8%	-53,1%
08 Transferência de Capital	78.825	78.825	0,8%	147.230	206.584	2,2%	162,1%
09 Ativos Financeiros	0	0	0,0%	0	0	0,0%	0,0%
10 Passivos Financeiros	383.770	383.770	3,8%	488.278	488.278	5,3%	27,2%
11 Outras Despesas Capital	0	0	0	0	0	0,0%	0,0%
<b>Despesas Capital</b>	<b>2.864.530</b>	<b>2.981.250</b>	<b>29,2%</b>	<b>1.772.585</b>	<b>1.877.226</b>	<b>20,3%</b>	<b>-37,0%</b>
<b>Total</b>	<b>9.919.002</b>	<b>10.211.947</b>	<b>100,0%</b>	<b>8.868.947</b>	<b>9.237.194</b>	<b>100,0%</b>	<b>-9,5%</b>

#### Q.11. Transferências Correntes e de Capital

	Exercício 2013		Exercício 2014	
	Valor	Peso (%)	Valor	Peso (%)
<b>Transferências Correntes</b>				
Apoios ao Associativismo (PDC)	331.650	33,33%	281.099	26,92%
Freguesias	720	0,07%	7.498	0,72%
Empresa Municipal (*)	494.348	49,68%	563.982	54,01%
Outras Transf's	89.568	9,00%	44.442	4,26%
<b>Transferências de Capital</b>				
Apoios ao Associativismo (PDC)	0	0,00%	55.467	5,31%
Freguesias	78.825	7,92%	91.763	8,79%
Empresa Municipal (*)	0	0,00%	0	0,00%
Outras Transf's	0	0,00%	0	0,00%
<b>Total</b>	<b>995.111</b>		<b>1.044.261</b>	

\* Inclui subvenções financeiras à ISEBATALHA. Excetuam-se contratos de prestação de serviços.

Os apoios ao associativismo realizados em 2014 foram na ordem dos 336.566 € (Transferências correntes e Capital) e tiveram larga expressão no cômputo geral das transferências, assim como as subvenções financeiras à Iserbatalha, objeto da reformulação dos contratos programa ao abrigo da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto (Lei do setor empresarial Local). No ano anterior foi paga despesa por conta do Programa Municipal de Apoio ao Associativismo (PMAA) na ordem dos 331.650 €.

### 1.3. Execução Orçamental das Grandes Opções do Plano

A taxa de execução das Grandes Opções do Plano atingiu os 96%. Obtivemos um índice de **eficiência orçamental** mais elevado do que no ano anterior, devido a uma programação mais ajustada dos fundos disponíveis e à capacidade do Município em gerar receita própria.

#### Q.12. Execução das Grandes Opções do Plano

OBJECTIVO/PROGRAMA					
<b>1</b>	<b>FUNÇÕES GERAIS</b>	<b>354.299</b>	<b>341.546</b>	<b>414.846</b>	<b>429.579 97%</b>
111	Administração Geral	286.799	274.046	341.381	355.729 96%
121	Proteção Civil e Luta contra Incêndios	67.500	67.500	73.466	73.850 99%
<b>2</b>	<b>FUNÇÕES SOCIAIS</b>	<b>4.254.987</b>	<b>4.124.329</b>	<b>5.134.530</b>	<b>5.277.266 97%</b>
211	Ensino Não Superior	112.935	112.935	135.597	137.750 98%
212	Serviços Auxiliares de Ensino	884.061	881.853	1.023.499	1.029.261 99%
221	Serviços Individuais de saúde	8.059	8.059	8.496	9.850 86%
232	Ação Social	40.720	40.555	44.774	48.500 92%
241	Habituação				500 0%
242	Ordenamento do território	340.622	329.960	644.118	666.704 97%
243	Saneamento	879.574	879.574	1.167.170	1.170.384 100%
244	Abastecimento de Água	11.248	9.995	15.290	19.450 79%
245	Resíduos Sólidos	800.983	738.366	800.983	829.241 97%
246	Proteção Meio Ambiente Conserv. Natureza	269.780	269.780	298.606	300.090 100%
251	Cultura	474.013	466.408	498.574	517.416 96%
252	Desporto Recreio e Lazer	432.992	386.844	497.425	548.100 91%
253	Outras Atividades Cívicas e Religiosas	0		0	20
<b>3</b>	<b>FUNÇÕES ECONÓMICAS</b>	<b>450.954</b>	<b>423.582</b>	<b>740.402</b>	<b>793.925 93%</b>
320	Indústria e Energia				50 0%
331	Transportes Rodoviários	404.165	397.642	679.867	733.225 93%
340	Comércio e Turismo	0			
341	Mercados e Feiras	25.940	25.940	25.940	26.000
342	Turismo	20.849		34.595	34.650 100%
<b>TOTAL</b>		<b>5.664.998</b>	<b>5.471.657</b>	<b>6.928.122</b>	<b>7.204.062 96%</b>

#### RESUMO:

<b>1</b>	<b>FUNÇÕES GERAIS</b>	<b>354.299</b>	<b>341.546</b>	<b>414.846</b>	<b>429.579 97%</b>
<b>2</b>	<b>FUNÇÕES SOCIAIS</b>	<b>4.254.987</b>	<b>4.124.329</b>	<b>5.134.530</b>	<b>5.277.266 97%</b>
<b>3</b>	<b>FUNÇÕES ECONÓMICAS</b>	<b>450.954</b>	<b>423.582</b>	<b>740.402</b>	<b>793.925 93%</b>
<b>4</b>	<b>OUTRAS FUNÇÕES</b>	<b>604.759</b>	<b>582.201</b>	<b>638.343</b>	<b>703.292 91%</b>
<b>TOTAL</b>		<b>5.664.998</b>	<b>5.471.657</b>	<b>6.928.122</b>	<b>7.204.062 96%</b>



A capacidade financeira subjacente a baixos níveis de endividamento e o equilíbrio de tesouraria atingido, constituíram os fatores determinantes da sustentabilidade financeira do Município, capacitando-o para a concretização do seu plano plurianual de investimentos.

No mapa da execução das Grandes Opções do Plano, retratámos os *objetivos estratégicos* da gestão autárquica nas vertentes da educação, cultura, desporto, ação social, desenvolvimento urbanístico, valorização da qualidade do ambiente, abastecimento público de água, infraestruturas rodoviárias, de entre outras funções e atribuições do Município. O Plano revela a realização de despesa que ascende os 6,9 milhões de euros, sendo a expressão das prioridades definidas pelo Executivo.

Os principais investimentos foram realizados no domínio do saneamento a par dos serviços auxiliares de ensino, logo seguido dos resíduos sólidos e do ordenamento do território. No mapa de execução do Plano Plurianual de Investimentos e das Atividades Mais Relevantes estão evidenciados os projetos com maior representatividade na execução da despesa (ver anexo: Mapas Orçamentais). Os investimentos realizados, constantes no PPI, foram assegurados pelas seguintes fontes de financiamento:

#### Q.13. Fontes de Financiamento dos Investimentos

	Exercício 2013		Exercício 2014	
	Valor	Peso (%)	Valor	Peso (%)
<b>Empréstimos Bancários M/L prazo</b>	0	0,0%	0	0,0%
<b>Venda de Bens de Investimento</b>	0	0,0%	124.033	7,0%
<b>Transferências de Capital</b>		0,0%		0,0%
FEFK (O.E.)	654.992	22,9%	317.201	17,9%
Contratos-Programa	0	0,0%	92.958	5,2%
Fundos Comunitários	1.693.147	59,1%	634.547	35,8%
<b>Outras Receitas de Capital</b>	104.407	3,6%	75.284	4,2%
<b>Receitas Próprias de Func<sup>o</sup></b>	411.984	14,4%	528.562	29,8%
<b>Investimento Pago</b>	<b>2.864.530</b>	<b>100,0%</b>	<b>1.772.585</b>	<b>100,0%</b>

#### 1.4. Indicadores de Gestão orçamental

Com a evolução das receitas próprias de funcionamento, a saúde financeira da Autarquia passou de 11% para 19%, situação corroborada pelo peso relativo das receitas de funcionamento sobre as receitas totais (89% no ano em análise, quando em período homólogo do ano anterior era de 77%). Pode-se verificar no mapa seguinte que, a Autonomia Financeira passou de 865.843 € para 1.688.107€.



O nível de independência da receita própria face ao exterior é de 89%.

#### Q.14. Indicadores Orçamentais

INDICADORES	2012	2013	2014
<b>Receitas Fiscais</b>			
<i>(Imp.Directos + Impostos Ind. + Taxas Multas e Outras Penalid.)</i>	3.124.040	3.357.923	3.749.174
<b>Receitas Próprias de Funcionamento</b>			
<i>(Rec. Totais - Transf. Capital - Passivos Financeiros)</i>	7.353.592	7.920.315	8.784.469
<b>Serviço da Dívida</b>			
<i>(Encargos Financeiros + Passivo Financeiro)</i>	234.592	407.840	509.662
<b>Receitas de Funcionamento / Receitas Totais</b>	70%	77%	89%
<b>Autonomia Financeira</b>			
<i>(Receitas Próprias de Funcion. - Despesas Obrigat. correntes)</i>	159.923	865.843	1.688.107
<b>Saúde Financeira</b>			
<i>(Auton. Financeira / Rec. Próprias de funcionam.)</i>	2%	11%	19%

Estruturalmente, a autarquia goza de equilíbrio financeiro, situação das mais confortáveis a nível nacional.

## 2. ANÁLISE PATRIMONIAL: BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

### 2.1. Análise ao Balanço

O Balanço e o Sistema Contabilístico adequam-se ao previsto no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), espelhando a situação patrimonial da Autarquia a 31 de Dezembro de 2014.

Pela análise da sua estrutura, verificamos que os fundos patrimoniais da autarquia, no montante de 35.894.773,60€, registaram uma diminuição de 2.171.951,22 € em relação a 2013, fruto dos resultados líquidos negativos.

A dívida a médio e longo prazo diminuiu em 138.960,33 €. Este facto, resultou em parte, da amortização extraordinária de 344.153€ de um empréstimo celebrado com a Caixa de Crédito Agrícola Mútuo da Batalha, por força da aplicação do nº 4 e 5 do artigo 96º da Lei nº 66-B/2012, de 31 de Dezembro e da transferência de 150.270,98€ para dívida de curto prazo (amortizações de 2015). De referir também, que nesta rubrica foi registado o valor de **499.588,84€** referente à contribuição do Município na realização do Capital Social do Fundo de Apoio Municipal, (Conforme indicação da DGAL – SATAPOCAL).

A expressiva rubrica dos proveitos diferidos de 13.795.059,04€, diz respeito, fundamentalmente, ao diferimento dos apoios financeiros não reembolsáveis provenientes dos fundos comunitários, que vão

sendo incorporados nos proveitos de cada exercício económico, em função das taxas de amortização do imobilizado. No ativo circulante, as dívidas de terceiros registaram um aumento de 341.115,04 €, contribuindo para tal os valores resultantes do registo da dívida do IFDR- Instituto de financiamento para o Desenvolvimento Regional, (valores submetidos e validados na plataforma).

### Q.15. Balanço

Ativo	AB	2014 AP	AL	2013 AL	Var. (valor)
<b>Imobilizado:</b>					
<b>Bens de Domínio Público:</b>			0		
Terrenos e recursos naturais	3.751		3.751	3.751	0
Edifícios			0	0	0
Outras construções e infra-estruturas	81028.686	49.050.019	31978.667	34.458.876	-2.480.209
Bens do património histórico, artístico e cultural	50.000		50.000	50.000	0
Outros bens de domínio público			0	0	0
Imobilizações em curso	256.211		256.211	1.063.859	-807.649
Adiantamentos por conta de bens de domínio público					
	81.338.647	49.050.019	32.288.629	35.576.486	-3.287.858
<b>Imobilizações Incorpóreas:</b>					
Despesas de instalação			0	0	0
Despesas de investigação e de desenvolvimento			0	0	0
Propriedade industrial e outros direitos			0	0	0
Imobilizações em curso	248.018		248.018	232.797	15.221
Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas					
	248.018	0	248.018	232.797	15.221
<b>Imobilizações corpóreas:</b>					
Terrenos e recursos naturais	879.318		879.318	879.318	0
Edifícios e outras construções	17.257.138	2.286.915	14.970.223	15.009.390	-39.167
Equipamento básico	1.510.185	1.190.951	319.233	369.264	-50.031
Equipamento de transporte	880.338	753.843	126.496	105.332	20.164
Ferramentas e utensílios	447.622	360.473	87.149	66.239	20.910
Equipamento administrativo	1.312.772	1.240.994	71.778	86.536	-14.758
Texas e vasilhama			0	0	0
Outras imobilizações corpóreas	326.526	232.076	94.449	116.174	-21.725
Imobilizações em curso	232.833		232.833	208.552	24.281
Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas			0	0	0
	22.846.731	6.065.252	16.781.479	16.841.806	-60.327
<b>Investimentos financeiros:</b>					
Partes de capital	166.789		166.789	166.789	0
Obrigações e títulos de participação	550.468		550.468	50.880	499.588
Investimentos em imóveis			0	0	0
Outras aplicações financeiras			0	0	0
Imobilizações em curso			0	0	0
Adiantamentos por conta de investimentos financeiros			0	0	0
	717.257	0	717.257	217.669	-499.588
<b>Circulante:</b>					
<b>Existências:</b>					
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	266.636		266.636	240.540	26.096
Produtos e trabalhos em curso			0	0	0
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugo			0	0	0
Produtos acabados e intermédios			0	0	0
Mercedarias			0	0	0
Adiantamentos por conta de compras			0	0	0
	266.636	0	266.636	240.540	26.096
<b>Dívidas de Terceiros - Médio e Longo Prazo</b>					
Clientes, c/c			0	0	0
Contribuintes, c/c			0	0	0
Utentes, c/c			0	0	0
	0	0	0	0	0
<b>Dívidas de Terceiros - Curto Prazo:</b>					
Empréstimos concedidos	17.500		17.500	17.500	0
Clientes, c/c	39.127		39.127	44.796	-5.669
Contribuintes, c/c	11.228		11.228	3.048	8.179
Utentes, c/c			0	0	0
Clientes, contribuintes e utentes de cobranças devidoras	67.622	67.622	0	0	0
Devedores pela execução do orçamento			0	0	0
Adiantamentos a fornecedores			0	0	0
Adiantamentos a fornecedores de imobilizado			0	0	0
Estado e outros entes públicos	7.055		7.055		7.055
Administração autárquica			0	0	0
Outros Devedores	451.131		451.131	119.581	331.550
	593.662	67.622	526.040	184.925	341.115
<b>Títulos negociáveis:</b>					
Ações			0	0	0
Obrigações e títulos de participação			0	0	0
Títulos de dívida pública			0	0	0
Outros títulos			0	0	0
Outras aplicações de tesouraria	15.108		15.108	15.108	0
	15.108	0	15.108	15.108	0
<b>Depósitos bancários e caixa:</b>					
Depósitos em instituições financeiras	2.358.792		2.358.792	1.412.227	946.565
Caixa	553		553	2.087	-1.534
	2.359.345	0	2.359.345	1.414.313	-945.032
<b>Acréscimos e diferendos:</b>					
Acréscimos de proveitos	382.190		382.190	423.449	-41.260
Custos diferidos	14.655		14.655	17.504	-2.849
	396.845	0	396.845	440.953	-44.108
<b>Total das amortizações</b>		55.115.271			0
<b>Total da Evoluções</b>		67.622			0
<b>Total do Activo</b>	108.782.250	55.182.893	53.599.357	55.164.598	-1.565.241



(Continuação)

Fundos próprios e passivo	2014	2013	Var. (valor)
<b>Fundos próprios:</b>			
Património .....	51061813	51061813	0
Ajustamento de partes de capital em empresas .....			
Reservas de reavaliação .....			
Reservas:			
Reservas legais .....			
Reservas estatutárias .....			
Reservas contratuais .....			
Reservas Livres .....			
Subsídios .....			
Doações .....	115.000	115.000	0
Reservas decorrentes de transferências de ativos .....			
Resultados Transitados .....	-13.110.088	-11.161.637	1.948.452
Resultado Líquido do Exercício .....	-2.171.951	-1.948.452	-223.500
<b>Total dos fundos próprios</b>	<b>35.894.774</b>	<b>38.066.725</b>	<b>-2.171.951</b>
<b>Passivo:</b>			
Provisões para riscos e encargos .....	246.160	112.868	-133.292
	246.160	112.868	-133.292
<b>Dívidas a terceiros de médio e longo prazo</b>			
Empréstimos de M/L prazo .....	1.610.721	2.249.270	-638.549
Credores Administrações Públicas - FAM .....	499.589		
	2.110.310	2.249.270	138.960
<b>Dívidas a terceiros - Curto prazo:</b>			
Empréstimos de curto prazo .....	150.271		-150.271
Adiantamentos por conta de vendas .....			
Fornecedores c/c .....	229.371	154.425	74.945
Fornecedores-faturas em receção e conformância .....	23.235	4.566	18.668
Credores pela execução do orçamento .....			
Clientes e Utentes com cações .....	0	0	
Fornecedores de imobilizado c/c .....	42.422	117.749	-75.327
Fornecedores de imobilizado - Faturas em receção e conformância .....	0	0	
Estado e outros entes públicos .....	30.711	30.270	441
Administração autárquica .....			
Outros credores .....	487.957	428.397	59.560
	963.966	735.407	228.559
<b>Acréscimos e diferimentos:</b>			
Acréscimos de custos .....	589.089	541.544	47.545
Proventos diferidos .....	13.795.059	13.458.784	336.275
	14.384.148	14.000.327	383.820
<b>Total do Passivo</b>	<b>17.704.584</b>	<b>17.097.873</b>	<b>606.711</b>
<b>Total dos fundos próprios e do passivo</b>	<b>53.599.357</b>	<b>55.164.598</b>	<b>-1.565.240</b>

O quadro seguinte é elucidativo de que o imobilizado líquido na ordem dos 53 milhões euros, resulta de uma dinâmica de investimento suportada pelo cofinanciamento dos quadros de apoio comunitários.

As amortizações foram calculadas de acordo com a Portaria 671/2000, publicada em DR n.º 91 (2ª série) de 17 de abril.



#### Q.16. Estrutura do Ativo Líquido

Componentes do Ativo	2012	2013	2014	VAR. (%) 13-12'
Bens de domínio público	37.996.100	35.576.486	32.288.629	-9,24%
Imobilizado incorpóreo	232.797	232.797	248.018	6,54%
Imobilizado corpóreo	15.442.664	16.633.254	16.548.646	-0,51%
Imobilizado em curso	819.081	208.552	232.833	11,64%
<b>Total do imobilizado</b>	<b>54.490.642</b>	<b>52.651.089</b>	<b>49.318.125</b>	<b>-6,33%</b>
Investimentos financeiros	217.669	217.669	717.258	229,52%
Existências	255.240	240.540	266.636	10,85%
Dívidas a receber	394.874	184.925	526.040	184,46%
Títulos negociáveis	15.108	15.108	15.108	0,00%
Depósitos e caixa	1.059.025	1.414.313	2.359.345	66,82%
Acréscimo de proveitos	131.270	423.449	382.190	-9,74%
Custos diferidos	22.652	17.504	14.655	-16,28%
<b>Total</b>	<b>2.095.838</b>	<b>2.513.508</b>	<b>4.281.232</b>	<b>70,33%</b>
<b>Ativo Líquido</b>	<b>56.586.480</b>	<b>55.164.597</b>	<b>53.599.357</b>	<b>-2,84%</b>

Conforme se pode verificar, os investimentos financeiros registaram uma variação de 230% (499.588,84€) relativamente ao ano anterior. Este aumento resultou do registo da contribuição do Município para a realização do Capital Social do Fundo de Apoio Municipal (FAM).

#### Q.17. Investimentos Financeiros

Unidade: milhões de euros				VAR. (%)
Investimentos Financeiros	2012	2013	2014	
Partes de capital	166.789	166.789	166.789	0,00%
Obrigações e títulos de participação	43.110	50.880	550.469	981,90%
Investimentos em imóveis				0%
Outras aplicações financeiras				0%
Imobilizações em curso				0%
Adiantamentos				0%
<b>Total</b>	<b>209.899</b>	<b>217.669</b>	<b>717.258</b>	<b>230%</b>

A liquidez reduzida e imediata, são indicadores que revelam uma situação de tesouraria equilibrada. A dívida vincenda (e não vencida), está praticamente assegurada por fontes de financiamento do programa MAIS CENTRO. Em 31/12, o prazo médio de pagamentos situou-se nos 13 dias, corroborando o pontual cumprimento dos compromissos assumidos com as entidades fornecedoras. Temos adotado medidas que colocam grande pressão junto da CCDRC para o rápido reembolso de pedidos de pagamento de obras co-financiadas pelos fundos comunitários.

*Q.18. Estrutura da Liquidez*

Liquidez	2012	2013	2014	VAR. (%)
1 Disponibilidades	1.059.025	1.414.313	2.359.345	67%
2 Títulos negociáveis	15.108	15.108	15.108	0%
3 Dívidas a receber de curto prazo	394.874	184.925	526.040	184%
4 Dívidas a pagar de curto prazo	952.011	735.407	963.966	31%
5 Líquidez (5=1+2+3-4)	516.996	878.939	1.936.527	120%

Apesar da influência dos resultados transitados acumulados negativos, os fundos patrimoniais mantiveram-se estabilizados. A variação homólogo é de - 5,71% em relação a 2013, não comprometendo a solidez da estrutura dos capitais próprios face ao ativo líquido.

*Q.19. Fundos Próprios*

Fundos Próprios				VAR. (%)
Componentes dos Fundos Próprios	2012	2013	2014	
Fundo patrimonial	51.061.813	51.061.813	51.061.813	0,00%
Ajustamentos de partes de capital em empresas				
Reservas + subsídios + doações	115.000	115.000	115.000	0,00%
Resultados transitados	-9.126.708	-11.161.637	-13.110.088	17,46%
Resultados do exercício	-2.034.928	-1.948.452	-2.171.951	11,47%
Total dos fundos próprios	40.015.177	38.066.724	35.894.774	-5,71%



## 2.2. Estrutura da Dívida (curto, médio e longo prazo)

A dívida a médio e longo prazo diminuiu 6,18%, repartida da seguinte forma: de empréstimos bancários a médio e longo prazo diminuiu cerca de 488.278,19€ e pela realização do capital Social do FAM aumentou 499.588,84€. No ano anterior tinha diminuído 14,5% devido à amortização extraordinária por via do aumento do IMI. O passivo de curto prazo aumentou cerca de 31,08%, devido à transferência do valor previsto em amortizações de empréstimos bancários de 2015. Verifica-se a não existência de dívidas em mora.

### Q.20. Componentes do Passivo

Unidade: milhões de euros

Componentes do Passivo	2012	2013	2014	VAR. (%)
Dívidas a médio e longo prazo	2.633.040	2.249.270	2.110.310	-6,18%
Dívidas a curto prazo	952.011	735.407	963.966	31,08%
<b>Total de dívidas a terceiros</b>	<b>3.585.051</b>	<b>2.984.677</b>	<b>3.074.276</b>	3,00%
Provisões para riscos e encargos	112.868	112.868	246.160	0,00%
Acréscimo de custos	457.424	541.544	589.089	8,78%
Proveitos diferidos	12.415.961	13.458.784	13.795.059	2,50%
	<b>16.571.304</b>	<b>17.097.873</b>	<b>17.704.584</b>	<b>3,55%</b>

A gestão da dívida tem-se pautado por princípios de rigor, não obstante as restrições impostas pela Lei das Finanças Locais, agora designada Regime Financeiro das Autarquias Locais, e pela Lei do Orçamento de Estado.

Em 31 de Dezembro, a dívida da autarquia refletia o valor de 3.074.275,76€, aumentando 3,0% em relação ao exercício anterior, devido à constituição da dívida ao FAM pela realização do Capital Social.

Apesar dos formalismos que obrigam à apresentação pelas entidades fornecedoras das respetivas declarações não dívida perante a DGCI e a Segurança Social, com consequentes entropias na programação mensal dos pagamentos, os *Prazos Médios de Pagamento* situaram-se nos **13** dias, denotando um excelente desempenho da tesouraria. Veja-se a estrutura da dívida nos quadros seguintes:



### Q.21. Estrutura da Dívida

<b>Dívidas a Terceiros (curto prazo)</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>Var.Valor</b>
Empréstimos de curto prazo	0	150.271	
Fornecedores c/c.	158.991	252.605	93.614
Fornecedores Imobilizado	117.749	42.422	-75.327
Estado e Outros Entes Públicos	30.270	30.711	441
Outros Credores	428.397	487.957	59.560
<b>Total</b>	<b>735.407</b>	<b>963.966</b>	<b>228.559</b>
<b>Dívidas de Terceiros (curto prazo)</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>Var.Valor</b>
Cientes, Contribuintes e Utentes	44.796	39.127	-5.669
Cientes, Contribuintes e Utentes, Cobr.Duv.	0	0	0
Contribuintes, c/c.	3.048	11.228	
Estado e Outros Entes Públicos		7.055	
Empréstimos concedidos	17.500	17.500	0
Outros Devedores	119.581	451.131	331.550
<b>Total</b>	<b>184.925</b>	<b>526.040</b>	<b>341.115</b>
<b>Dívidas a Terceiros (M/Longo Prazo)</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>Var.Valor</b>
Empréstimos Obtidos	2.249.270	1.610.721	-638.549
Credores Administrações Públicas – FAM	0	499.589	499.589
<b>Total</b>	<b>2.249.270</b>	<b>2.110.310</b>	<b>-138.960</b>

A dívida bancária de médio e longo prazo integra uma das componentes do cálculo da dívida total dos municípios. O serviço da dívida representou um encargo total de 507.766,36 € (juros – 19.488,17 € e amortizações – 488.278,19 €).

É de realçar que os “spreads” aplicados aos empréstimos mantiveram-se inalterados, não obstante a pressão dos bancos para o seu aumento. Manteve-se uma boa política de gestão dos passivos financeiros, através do acompanhamento dos *fixings* das taxas de juro.

### Q.22. Endividamento de Médio e Longo Prazo e respetivos limites legais

Caracterização do empréstimo	Finalidade Emprést.	Capital		Encargos do ano			Dívida em 1 de Janeiro	Dívida em 31 de Dezembro
		Contratado	Utilizado	Amortiz.	Juros	Total		
Médio Longo prazos (b)								
59034344632-CCAMB	Infraestr. Diversas (I)	287.244,00	231.235,19	12.846,40	1.146,66	13.993,06	115.617,59	102.771,19
56020441977-CCAMB	Intempéries (I) **	52.427,35	52.427,35	3.179,34	116,48	3.295,82	26.668,07	23.488,73
56043473672-CCAMB	Infraestr. Diversas (N)	1.626.135,00	1.626.135,00	260.908,52	2.828,59	263.737,11	942.107,13	681.198,61
56043473672-CCAMB	Infraestr. Diversas (N)	373.865,00	373.865,00	155.788,37	1.688,94	157.477,31	248.210,46	92.422,09
97/000917/8 - BBVA	Infraestr. Diversas (N)	2.500.000,00	1.000.000,00	55.555,56	13.707,50	69.263,06	916.666,66	861.111,10
<b>Total</b>		<b>4.839.671,35</b>	<b>3.283.662,54</b>	<b>488.278,19</b>	<b>19.488,17</b>	<b>507.766,36</b>	<b>2.249.269,91</b>	<b>1.760.991,72</b>
Endividamento de médio e longo prazo								1.760.991,72

### 2.3. Afetação dos Limites Legais ao Endividamento (Breve Evolução)

De acordo com a Lei do Orçamento do Estado, no ano de 2006, os encargos anuais dos municípios, incluindo os que oneraram as respetivas empresas municipais e associações de municípios em que participam, com amortizações e juros dos empréstimos a médio e longo prazos, incluindo os dos empréstimos obrigacionistas, não podiam exceder o maior dos limites do valor correspondente a um oitavo dos Fundos de Base Municipal, Geral Municipal e de Coesão Municipal que cabia ao município ou a 10% das despesas realizadas para investimento pelo município no ano anterior. Excecionaram-se os empréstimos e amortizações destinados ao financiamento de projetos com comparticipação de fundos comunitários.

Anteriormente à Lei nº 32-B/2002, de 30 de Dezembro (OE/2003), o segundo limite legal era de 20% sobre D.I. n-1. Com as atualizações à Lei, foi reduzido para metade, comprometendo a nossa capacidade de contrair novos empréstimos, já que o maior dos limites era, com regularidade, aquele que expressava uma indexação ao nível do investimento.

Com a introdução da Lei das Finanças Locais, regulamentada pela Lei nº 02/2007, de 15 de Janeiro, passámos a ter novos limites legais do endividamento municipal:

α) *Endividamento Líquido*, equivalente à diferença entre a soma dos passivos, qualquer que seja a sua forma, incluindo nomeadamente os empréstimos contraídos, os contratos de locação financeira e as dívidas a fornecedores. O montante do endividamento líquido total de cada município, em 31 de Dezembro de cada ano, não pode exceder 125% do montante das receitas provenientes dos impostos municipais, das participações do município no FEF, da participação no IRS, da derrama e da participação nos resultados das entidades do sector empresarial local, relativas ao ano anterior, e que agora ficou restringido a 65% do valor que resulta da aplicação da referida fórmula;

β) *Limites ao Crédito Autárquico*, cujo montante da dívida de cada município referente a empréstimos a médio e longo prazos não pode exceder, em 31 de Dezembro de cada ano, a soma do montante das receitas provenientes dos impostos municipais, das participações do município no FEF, da participação no IRS referida na alínea c) do n.º 1 do artigo 19º da LFL, da participação nos resultados das entidades do sector empresarial local e da derrama, relativas ao ano anterior.

Quando o município não cumpra os limites acima referenciados, deve reduzir em cada ano subsequente pelo menos 10% do montante que excede o seu limite de endividamento líquido, até que aquele limite seja cumprido e serão retidos 10% dos fundos provenientes do FEF. A Lei do Orçamento de Estado para 2013, determinou que em 31/12/2013, o valor do endividamento líquido de cada município, calculado nos termos das leis acima referenciadas, não podia exceder o que existia em 31/12/2012. O endividamento líquido do Município a 31/12/2013.



Em 2014, com a aplicabilidade da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais), que estabelece no art.º 52º, o novo conceito de endividamento municipal. A dívida total de operações orçamentais no período, corresponde ao total das dívidas a terceiros do balanço do Município no período "n" (dívida a terceiros de médio e longo prazo mais as dívidas a terceiros de curto prazo, que constitui o total da dívida do município no período "n"), menos as dívidas resultantes de operações não orçamentais no final do período "n" (que incluem, para além das cauções em posse do Município, os valores que estejam em dívida no final de cada período de operações de tesouraria). A dívida total de operações orçamentais do município, incluindo a das entidades previstas no artigo 54.º (serviços municipalizados, entidades intermunicipais e entidades associativas municipais, empresas locais e participadas, cooperativas e fundações) não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores. Do referido método de cálculo, resulta que a dívida total do Município da Batalha não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de 2014, o montante de 11.041.150,00€. Valor este também comunicado pela DGAL. Sempre que o município não cumpra o limite previsto anteriormente, deve reduzir, no exercício subsequente, pelo menos 10% do montante em excesso, até que aquele limite seja cumprido, sem prejuízo do previsto na secção III (Entidades intermunicipais).

#### Q.23. Cálculo do Endividamento

Conta POCAL	Designação	Grupo Endividamento (DGAL)	Saldo Final
221	Fornecedores – C/C	Fornecedores (Contas 221 a 228)	229.370,55
228	Fornecedores – Faturas conferência	Fornecedores (Contas 221 a 228)	23.234,59
23121	Empréstimos Bancários	Empréstimos	1.760.991,72
2421*	Trabalho Dependente	Estado Outros Entes Públicos (Ct. 24 a 263)	13.523,00
2422*	Trabalho Independente	Estado Outros Entes Públicos (Ct. 24 a 263)	3.342,20
24331	IVA – Liquidado	Estado Outros Entes Públicos (Ct. 24 a 263)	0,00
244*	Imposto selo	Estado Outros Entes Públicos (Ct. 24 a 263)	26,22
2451*	Taxa Social única	Estado Outros Entes Públicos (Ct. 24 a 263)	2.750,38
249*	Outras Contribuições	Estado Outros Entes Públicos (Ct. 24 a 263)	11.069,36
2611	Fornecedores Imobilizado	Fornecedores Imobilizado (Contas 2611 a 2618)	42.421,70
2618	Fornecedores Imobilizado – Fat. Conf.	Fornecedores Imobilizado (Contas 2611 a 2618)	0,00
263*	Sindicatos	Estado Outros Entes Públicos (Ct. 24 a 263)	221,52
265*	Fundo social dos Trabalhadores	Outros	1.062,21
2680262	Fundo Apoio Municipal	Outros	499.588,84
2684	Credores Transferências Autarquias Locais	Outros	74.187,98
2685*	Depósito de garantia fornec. Imobilizado	Cauções	353.676,13
2686*	Outros Depósitos de garantia	Estado Outros Entes Públicos (Ct. 24 a 263)	16.677,05
2687*	Retenções a favor de terceiros	Retenções a Favor de Terceiros	7.207,34
2688	Credores Diversos – Entidades Credoras	Outros	22.266,76
2689*	Entidades Credoras Diversas	Outros	12.658,21
<b>Dívida Total (Balanço)</b>			<b>3.074.275,76</b>
<b>Operações não orçamentais</b>			<b>422.213,62</b>
<b>Dívida de operações orçamentais (Artigo 52º da Lei n.º 73/2013)</b>			<b>2.652.062,14</b>
<b>Contributo de outras entidades (artigo 54º da Lei n.º 73/2013)</b>			<b>102.748,03</b>
<b>Dívida Total de operações orçamentais</b>			<b>2.754.810,17</b>
<b>LIMITE DA DÍVIDA TOTAL</b>			<b>11.041.150,00</b>
<b>Margem face ao limite total</b>			<b>8.286.339,83</b>





Significa que o valor da dívida total do Município a 31/12 ascende o montante de 2.754.810,17 €, ficando com uma margem face ao limite legal de 8.286.339,83€.

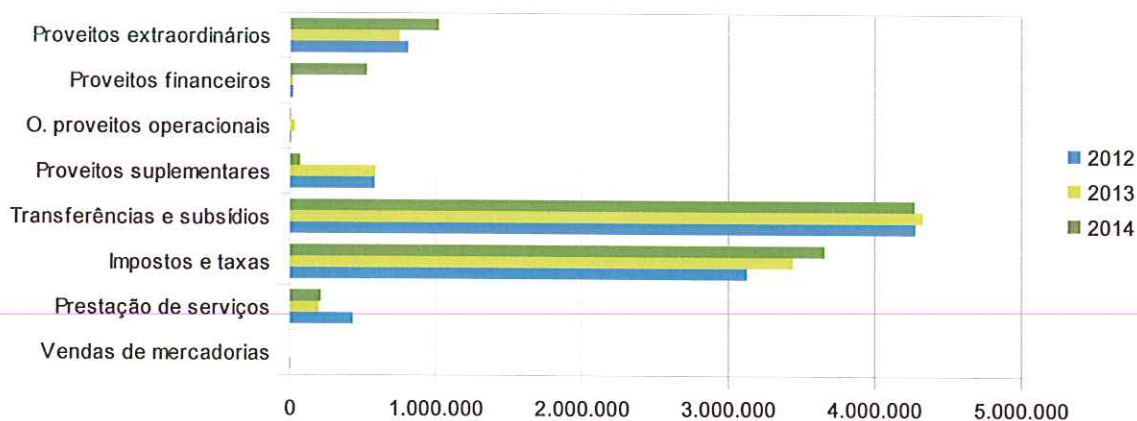
#### 2.4. Análise à Demonstração de Resultados:

Pela análise comparativa dos resultados dos exercícios de 2013 e 2014, pode-se concluir que os proveitos registaram um aumento global de 410.119 euros e os custos totais um aumento de 633.619 euros.

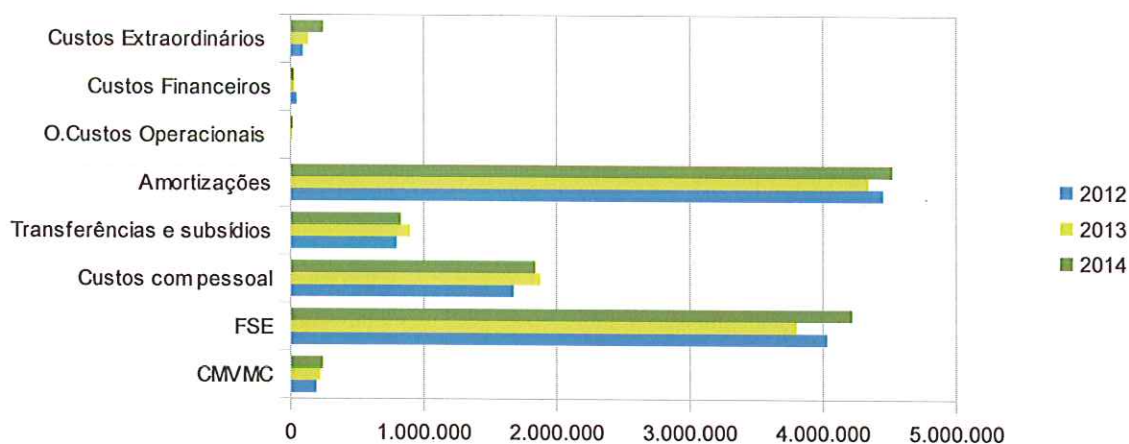
Verifica-se um decréscimo dos proveitos suplementares em cerca de 518 mil euros, o qual está relacionada com a alteração do registo contabilístico da renda de concessão da EDP, que passou a ser registada numa conta de proveitos financeiros, segundo a recomendação do SATAPOCAL.

Nos gráficos abaixo identificados pode-se verificar a evolução dos custos e proveitos nos últimos 3 exercícios:

*Gráfico 2 – Evolução dos proveitos (2012-2014)*



*Gráfico 3 – Evolução dos Custos (2012-2014)*



### Q.24. Demonstração de Resultados

Código das Contas POCAL					
		2014		2013	
Custos e Perdas					
61	Custo das Mercadorias Vendidas e das matérias consumidas:				
	Mercadorias	0		0	
	Matérias	236.911	236.911	216.636	216.636
62	Fornecimentos e serviços externos	4.218.372		3.798.901	
Custos com pessoal:					
641+642	Remunerações	1.476.221	0	1.506.687	0
643 a 648	Encargos sociais	360.945	6.055.538	367.636	5.673.224
63	Transferências e subsídios correntes concedidos e prestações sociais	825.796	825.796	891.089	891.089
65	Outros custos e perdas operacionais	11.362	11.362	8.354	8.354
	(A) Custos e Perdas Operacionais		11.650.762		11.130.670
68	Custos e Perdas Financeiras	21.906	21.906	24.793	24.793
	(C) Custos e Perdas Correntes		11.672.668		11.155.463
69	Custos e perdas extraordinários	243.685	243.685	127.271	127.271
	(E) Custos e Perdas do Exercício		11.916.354		11.282.734
88	Resultado líquido do exercício		-2.171.951		-1.948.452
			9.744.402		9.334.282
Proveitos e ganhos					
Vendas de produtos e prestações de serviços:					
7111	Vendas de Mercadorias	785		417	
7112+7113	Vendas de Produtos	0		0	
712	Prestações de serviços	210.037	210.822	194.819	195.236
72	Impostos e taxas	3.654.969		3.438.126	
	Variação da Produção	0	0	0	0
75	Trabalhos para a própria entidade				
73	Proveitos suplementares	67.246		585.020	
74	Transferências e subsídios obtidos	4.269.764		4.326.243	
76	Outros proveitos e ganhos operacionais	2.574	7.994.553	30.102	8.379.490
	(B) Proveitos e Ganhos Operacionais		8.205.375		8.574.726
78	Proveitos e Ganhos Financeiros	524.114	524.114	13.377	13.377
	(D) Proveitos e Ganhos Correntes		8.729.490		8.588.103
79	Proveitos e ganhos extraordinários	1.014.913	1.014.913	746.179	746.179
	(F) Proveitos Totais		9.744.402		9.334.282
Resumo:					
	Resultados Operacionais	B-A	-3.445.387	-2.555.944	
	Resultados Financeiros	(D-B)-(C-A)	502.208	-11.416	
	Resultados Correntes	D-C	-2.943.179	-2.567.360	
	Resultado líquido do exercício	F-E	-2.171.951	-1.948.452	



*Q.25. Estrutura de Custos e Proveitos – Peso Relativo (%)*

<b>DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS</b>		<b>%</b>
<b>Custos e Perdas</b>		
Custo das Mercadorias Vendidas e das matérias consumidas	236.911	2%
Fornecimentos e serviços externos	4.218.372	35%
Custos com pessoal	1.837.166	15%
Transferências e subs. correntes concedidos e prestações sociais	825.796	7%
Amortizações e Provisões do exercício	4.521.155	38%
Outros custos e perdas operacionais	11.362	0%
Custos e Perdas Financeiras	21.906	0%
Custos e perdas extraordinários	243.685	2%
<b>(E) Custos e Perdas do Exercício</b>	<b>11.916.354</b>	
<b>Proveitos e ganhos</b>		
Vendas de produtos e prestações de serviços	210.822	2%
Impostos e taxas	3.654.969	38%
Proveitos suplementares	67.246	1%
Transferências e subsídios obtidos	4.269.764	44%
Outros proveitos e ganhos operacionais	2.574	0%
Proveitos e Ganhos Financeiros	524.114	5%
Proveitos e ganhos extraordinários	1.014.913	10%
<b>(F) Proveitos Totais</b>	<b>9.744.402</b>	
Resultados Operacionais	-3.445.387	
Resultados Financeiros	502.208	
Resultados Correntes	-2.943.179	
<b>Resultado líquido do exercício</b>	<b>-2.171.951</b>	

Pela análise do quadro acima referenciado, verificamos que as amortizações continuam a representar o custo operacional mais significativo, cujo peso relativo é de 38% sobre os custos totais do exercício, constituindo um “custo técnico” sem reflexo nos fluxos financeiros no exercício económico em análise.

Observe-se que, a estrutura de custos com pessoal pesa apenas 15% dos custos totais, constituindo um excelente referencial a nível nacional. No ano anterior, estes custos atingiram os 17%. Os fornecimentos e serviços externos mantêm a representatividade de 35% do total da estrutura de custos.

As transferências e subsídios obtidos representaram 44% da totalidade dos proveitos do exercício, com maior dependência das transferências do Orçamento do Estado.



#### Q.26. Estrutura de Custos

Custos	2012	2013	2014	VAR. (%)
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	189.770	216.636	236.911	9,36%
Fornecimentos e serviços externos	4.030.567	3.798.901	4.218.372	11,04%
Custos com pessoal	1.674.826	1.874.323	1.837.166	-1,98%
Transferências e subsídios concedidos	795.748	891.089	825.796	-7,33%
Amortizações e Provisões Exercício	4.450.196	4.341.367	4.521.155	4,14%
Outros custos operacionais	222	8.354	11.362	36,00%
Custos financeiros	45.663	24.793	21.906	-11,64%
Custos extraordinários	91.315	127.271	243.685	91,47%
<b>Total de custos</b>	<b>11.278.307</b>	<b>11.282.734</b>	<b>11.916.354</b>	<b>5,62%</b>

Pela leitura das demonstrações financeiras é visível que são os subcontratos os custos com maior representatividade no seio dos fornecimentos e serviços externos (representaram 45,8% dos fse's). Fundamentalmente, são custos relacionados com Recolha de Lixo através da VALORLIS [210.543,60 €], Limpeza e recolhas de lixos através da SUMA [531.339,19 €], Recolha de Efluentes através da SIMLIS [1.050.516,36 €], e valores relativos a prestações de serviço de limpeza e manutenção de equipamentos públicos, realizados pela empresa municipal – Iserbatalha [491.152,07 €].

Para compensação da prática de preços sociais impostos pela autarquia no âmbito dos serviços de interesse geral entregues à empresa local ISERBATALHA, houve a necessidade de atribuição de subsídios à exploração no montante de 563.981,16 € para a reposição do seu equilíbrio económico e financeiro.

Q.27. Estrutura de Proveitos

Proveitos	2012	2013	2014	VAR. (%)
Vendas de mercadorias	2.316	417	785	88,30%
Vendas de produtos	0	0	0	
Variação da produção	0	0	0	
Prestação de serviços	431.200	194.819	210.037	7,81%
Outras situações	0	0	0	
Impostos e taxas	3.125.383	3.438.126	3.654.969	6,31%
Transferências e subsídios obtidos	4.277.344	4.326.243	4.269.764	-1,31%
Trabalhos para a própria entidade	0	0	0	
Proveitos suplementares	580.394	585.020	67.246	-88,51%
Outros proveitos operacionais	3.588	30.102	2.574	-91,45%
Proveitos financeiros	17.310	13.377	524.114	3818,03%
Proveitos extraordinários	805.846	746.179	1.014.913	36,01%
<b>Total de proveitos</b>	<b>9.243.381</b>	<b>9.334.283</b>	<b>9.744.402</b>	<b>4%</b>

2.5. Indicadores de estrutura e de gestão patrimonial

Pela leitura dos indicadores de liquidez abaixo referenciados, verifica-se que a tesouraria da autarquia está sólida. As disponibilidades existentes em depósitos à ordem, asseguraram integralmente as dívidas assumidas de curto prazo e garantiram os meios libertos para a assunção de novos compromissos de curto prazo. A situação da liquidez geral ainda seria mais expressiva, não fora o formalismo procedimental ou técnico-administrativo adotado na determinação dos proveitos provenientes da transferência de impostos e outras transferências correntes e de capital do Orçamento do estado e outros Entes Públicos, porque só são registados quando obtido o conhecimento do seu crédito em conta bancária.



A obtenção da receita (variável) normalmente ocorre com a periodicidade mensal, e não figura no balanço como dívida de terceiros em 31/12 de cada ano. São registados na contabilidade através de extrato que evidencia a transferência bancária, ou por meio de ofício remetido pela entidade ordenadora da transferência.

Os indicadores económico-financeiros têm, na generalidade, uma evolução que evidencia um desempenho financeiro muito positivo.

A capacidade do Município de financiar o seu ativo através de capitais próprios sem ter que recorrer a empréstimos de médio e longo prazo, medida através do índice de autonomia, evidencia uma situação muito confortável e até *sui generis* dentro da realidade autárquica.

O índice de solvência demonstra a capacidade do Município em cumprir os seus compromissos, apresentado, neste momento, um dos melhores indicadores do país.

#### Q.28. Indicadores de estrutura

<b>Capital Circulante</b>	Existências	266.636 €	
	Dívidas de terceiros - curto prazo	526.040 €	
	Títulos negociáveis	15.108 €	
	Disponibilidades (Cx.+Dep.)	2.359.345 €	
		3.167.129 €	
<b>Liquidez Geral</b>	Capital Circulante	3.167.129 €	3,29
	Exigível Curto Prazo	963.966 €	
<b>Liquidez Reduzida</b>	Capital Circulante-Stocks	2.900.493 €	3,01
	Exigível Curto Prazo	963.966 €	
<b>Liquidez Imediata</b>	Disponibilidades	2.359.345 €	2,45
	Exigível Curto Prazo	963.966 €	
<b>Autonomia Financeira</b>	Fundos Próprios	35.894.774 €	67%
	Ativo Líquido	53.599.357 €	
<b>Solvabilidade</b>	Fundos Próprios	35.894.774 €	203%
	Passivo Total	17.704.584 €	

Registe-se que ao nível da estrutura financeira da autarquia, os rácios espelham uma boa situação de solvabilidade, revelando uma boa gestão municipal, garantindo a cobertura total do passivo por fundos próprios, sendo praticamente três vezes superior ao exigível de curto, médio e longo prazo.

#### Q.29. Indicadores de Gestão Patrimonial

<b>Indicador de imobilização dos Fundos Próprios</b>	<b>&lt;= 1</b>	Fundos Próprios	35.894.774 €	0,72
		Imobilizado Líquido	50.035.382 €	
<b>Indicador da capacidade de Endividamento</b>	<b>&gt;= 0,5</b>	Fundos Próprios	35.894.774 €	0,94
		Capitais Permanentes	38.005.083 €	
<b>Indicador de Solvabilidade</b>		Ativo	53.599.357 €	303%
		Passivo	17.704.584 €	

<b>Meios Libertos s/ o Ativo Líquido</b>	R. Lq. +Amort.Prov.+Custos financ.	2.371.110 €	4%
	Activo Total Líquido	53.099.768 €	

#### 2.6. Anotação de factos relevantes:

Mediante relatório circunstanciado reportado pelo consultor jurídico (anexo à Prestação de Contas), Drº Mário Diogo, conclui-se pela incapacidade de determinar valores para constituição de provisões para riscos e encargos que venham a resultar do contingente em curso, nos tribunais. Todos os processos arrolados estão em julgamento nos tribunais a aguardar pronúncia de sentenças.

Nos processos identificados, aquele que, sob o ponto de vista material pode ter maior impacto nas demonstrações financeiras, é o Procº de Execução de Acórdão n.º 1438/03- C, a correr termos na 1ª Secção, 1ª Subsecção do STA, cujos exequentes são: António Augusto Santos Pereira Grosso e esposa Maria Madalena Meneses Coelho Pereira; Orlando Ferreira Rodrigues e esposa Maria do Céu Santos Pereira Grosso Rodrigues e Maria Manuela Cordeiro de Mendonça Santos Pereira Grosso Cunha.



Nos processos identificados no relatório emitido pelo consultor jurídico, aquele que sob o ponto de vista material tem maior impacto nas demonstrações financeiras, é o processo n.º 381/14.9 BELRA, cujo autor é o Sr. António Augusto Santos Pereira Grosso. Neste processo, foi estabelecido pelos peritos signatários o montante de 133.291,70€ a título de indemnização para a parcela 14, e registado com provisão para riscos e encargos.

Foi mantida a provisão para riscos e encargos no valor de 112.868,44 € que resulta da probabilidade de assunção dos compromissos de pagamento de projetos de redes de águas residuais que a SIMLIS mandou elaborar, tendo em vista a obtenção de participações comunitárias através do fundo de coesão.

#### **2.7. Proposta de Aplicações de Resultados:**

Para cumprimento das condições exigidas no ponto 2.7.3 do POCAL, propõe-se que o Resultado Líquido negativo de 2.171.951,22 euros, tenha a seguinte aplicação:

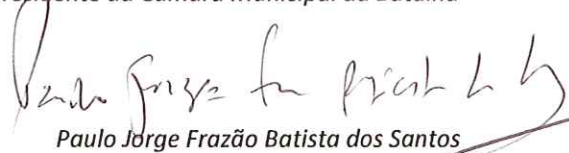
- - 2.171.951,22 euros para Resultados Transitados.

#### **2.8. Considerações Finais:**

O nosso agradecimento a todos os órgãos da câmara municipal, executivo e assembleia municipal, utentes, organismos da administração pública, central e regional, associações, e fornecedores, que contribuíram, decisivamente, para a realização de projetos, iniciativas e atividades promovidas pelo município. Aos nossos Colaboradores deixamos uma palavra de apreço pelo seu profissionalismo e empenho, contributo fundamental para o crescimento sustentado do concelho, tendo em vista a melhoria da qualidade de vida dos nossos munícipes.

*Paços do Concelho, 10 de abril de 2015*

*O Presidente da Câmara Municipal da Batalha*

  
**Paulo Jorge Frazão Batista dos Santos**